



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

REESTRUTURAÇÃO PEDAGÓGICA E ORGANIZACIONAL DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 1964 A 1967

Claudiani Waiandt - UFBA

Manuela Ramos da Silva - UFS

Susane Petinelli Souza - UFES

RESUMO

O artigo descreve o processo de mudanças pedagógicas e organizacionais realizadas no Colégio de Aplicação (CA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no Brasil, no período de 1964 a 1967. Foi realizado um estudo histórico da trajetória do CA por meio da análise de documentos e de entrevistas semi-estruturadas com os ex-diretores, ex-docentes e egressos. A reestruturação foi empreendida após uma avaliação realizada pelo corpo docente e direção do colégio que destacaram três pontos fundamentais de mudança: a) preenchimento de vagas ociosas sem desqualificação do ensino; b) democratização da oferta; e, c) normas disciplinares mais participativas. Paralelamente, realizou-se uma mudança organizacional com a criação de departamentos de ensino, mudança na representação estudantil e maior participação dos pais no processo educativo. O processo alcançou os resultados esperados, todavia foi interrompido após exoneração da diretora devido a episódios controvertidos que fragilizaram a sua gestão. Essa ruptura criou um clima de instabilidade organizacional que colaborou para uma apatia do corpo docente que dificultou a próxima gestão, quando foi tomada a decisão de encerramento das atividades do CA.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Universitária, História do Ensino, História das Instituições Escolares, Gestão Escolar, Práticas de Ensino.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1 INTRODUÇÃO

Ainda que o estudo dos Colégios de Aplicação já tenha deixado uma importante contribuição acadêmica no Brasil, pouco se escreveu sobre a sua gestão, mais especificamente suas mudanças organizacionais, e inserção nas Universidades Federais do país.

Os Colégios de Aplicação foram criados no Brasil a partir do Decreto Lei nº 9053, de 12 de março de 1946, que determinava que: “As Faculdades de Filosofia Federais¹ reconhecidas ou autorizadas a funcionar no território nacional, ficam obrigadas a manter um ginásio de aplicação destinados à prática docente dos alunos matriculados no curso de didática” (BRASIL, 1946). Inicialmente, os colégios serviram de campo de prática onde os alunos dos cursos de licenciatura da universidade realizavam os seus estágios. Todavia, ao longo de seu funcionamento esses objetivos foram estendidos, pois os CAs eram um profícuo campo de experimentações pedagógicas para renovação e melhoria do ensino fundamental e médio que direta e indiretamente eram disseminados pelos estagiários e professores que buscavam a qualificação do ensino.

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal da Bahia, Brasil, foi fundado pela junta mantenedora da Faculdade de Filosofia em 13 de junho de 1944, antes mesmo do decreto-lei. Todavia, somente iniciou suas atividades em 1º de fevereiro de 1949, durante a direção do professor Isaias Alves Almeida, com a oferta da 1ª série do curso ginásial, matriculando 14 alunos. Os Cursos Clássico e Científico, equivalente hoje ao segundo grau, iniciaram em 1953, com 10 alunos em cada curso.

Embora a responsabilidade e a direção do Colégio de Aplicação coubesse ao Catedrático de Didática Geral devendo a sua fiscalização ficar a cargo do diretor da Faculdade de Filosofia (conforme o artigo 5º do Decreto-Lei nº 9.053), na Bahia, a Catedrática de Didática jamais assumiu essa função, assumindo-a o Diretor da Faculdade de Filosofia, ficando a vice direção a cargo de um dos assistentes da Cadeira de Didática Geral que, de fato, era o responsável pela sua direção, sendo nomeado por portaria.

De 1946 a 1954, o Colégio passou por seis direções efetivas, das quais se destacou a primeira gestão da professora Martha Dantas que esteve à frente da instituição de 1949 a 1954. A professora organizou os primeiros anos das atividades do colégio e empreendeu a sua estruturação. A segunda gestora – a professora Leda Jesuíno – dirigiu o colégio de 1954 a 1963, consolidando-o entre as melhores instituições de ensino da Bahia.

Destaca-se que o foco do artigo é o processo de reestruturação organizacional e pedagógica que foi empreendido a partir de 1964, liderado pela professora Maria Angélica de Mattos, diretora efetiva do CA no período, sob direção de Thales de Azevedo (Diretor da Faculdade de Filosofia) que teve ampla participação do corpo docente e estudantes da instituição, além de apoio das instâncias da Universidade (congregação da Faculdade de Filosofia e Reitoria).

Vale ressaltar que esse período histórico do Brasil foi marcado pelo golpe militar ocorrido em 1964 seguido de uma ditadura militar que cerceou a liberdade política da população brasileira e determinação da censura dos meios de comunicação.

Assim, busca-se descrever a reestruturação organizacional e pedagógica do CA, debatendo o seu impacto para a instituição. Para isso, ressalta-se a importância do estudo da



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

história das instituições escolares no sentido de descortinar “histórias” que colaboram na compreensão de tomadas de decisão históricas como o fechamento dos Colégios de Aplicação vinculados às Faculdades de Educação.

Após esta breve introdução, a segunda sessão discute o desenvolvimento dos estudos sobre a História das Instituições Escolares. A terceira sessão apresenta o estudo no Colégio de Aplicação da UFBA. As considerações finais registram a análise dessa fase na trajetória do Colégio e suas implicações para a universidade.

2 O ESTUDO DA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Um dos maiores problemas para a história é o de que o seu objeto de investigação, isto é, as ações humanas ressignificam as experiências vividas, e ao mesmo tempo, imprimem determinados significados dos eventos, que nem sempre são apreendidos pelos quadros referenciais de nossa cultura. O presente tem melhor condição de entender o passado, do que este mesmo passado teve condições de entender a si mesmo. A história se dá conta, atualmente, das dimensões de significação de outros discursos, onde se elabora, inclusive a ficção literária como estrutura simbólica, ou seja, como uma outra narrativa que, seguindo outras estratégias, organiza, a partir de um outro referencial, os mesmos eventos humanos, sem precisar se valer da prova empírica ou da evidência, prerrogativas indispensáveis de uma narrativa que se pretendia científica (DECCA, 2006).

A história é conhecimento por meio de eventos, algo que se destaca sobre um fundo uniforme, uma diferença, algo que acontece em um dado momento. Um evento não é apreendido de modo direto e completo. Mas, incompleto, por meio de documentos, testemunhos, isto é, por indícios (VEYNE, 2008).

O objeto da história não são mais as estruturas e os mecanismos que regulam, e as relações sociais, mas, as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as famílias, os indivíduos. Conforme Chartier (1994, p. 2):

O olhar se desviou das regras impostas para suas aplicações inventivas, das condutas forçadas para as decisões permitidas pelos recursos próprios de cada um: seu poder social, seu poder econômico, seu acesso à informação. Habituada a estabelecer hierarquias e a construir coletivos (categorias sócio-profissionais, classes, grupos), a história das sociedades atribuiu-se novos objetos, estudados em pequena escala.

Desta forma, a história também passou a ficar atenta à reconstituição dos processos dinâmicos, tais como as negociações, trocas e conflitos que desenham de maneira móvel e instável as relações sociais, ao mesmo tempo em que recortam os espaços abertos às estratégias individuais. Esse desalinhar de fronteiras canônicas é encontrado em diversos campos de pesquisa, como em estudos sobre a cidade, os processos educativos e a construção dos conhecimentos científicos (CHARTIER, 1994).

Esse debate na História está posto e tem consequência importante para a pesquisa histórica educacional, de modo geral, e para a pesquisa histórica sobre instituições educacionais, em especial. Do ponto de vista do objeto de investigação que é estudado a partir dos métodos e teorias próprias à pesquisa e investigação histórica educacional; e do ponto de vista do enfoque, dado que pesquisar em história do ensino é investigar o objeto sob a perspectiva histórica.

A historiografia da educação é um campo de estudo que tem por objeto de investigação as produções históricas que estudam a educação. Apesar de ser um campo recente na



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Educación, a historiografia da educação reproduziu as características da produção historiográfica, “com trabalhos em que a produção no campo da história educacional é de caráter descritivo, com ênfase nos aspectos formais da produção [...]; mas também possuindo alguns trabalhos que fazem uma análise dessa mesma produção a partir de seus pressupostos metodológicos e teóricos” (LOMBARDI, 2004, p. 153).

Num movimento interdisciplinar, a história das instituições educacionais, campo que se desenvolveu recentemente, busca material teórico-metodológico na produção da historiografia da educação para desvendar práticas de ensino, bem como descortinar a contribuição dessas instituições na formação de cidadãos brasileiros.

Deste modo, o movimento da “Escola Annales” tanto influenciou a historiografia da educação (LOMBARDI, 2004) como das instituições escolares. Ressalta-se a ampliação dos tipos de fontes que colaboram no entendimento do mundo dos homens e suas relações como: o material lírico e cerâmico, documentos escritos, testemunhos orais, produções iconográficas, audiovisuais e eletrônicas; para além dos documentos escritos, tão caros aos positivistas. Desde então, passou-se a adotar uma perspectiva mais ampla do que se deve considerar documentos, não somente no que diz respeito ao uso pelo investigador, mas também para efeitos de conservação.

As escolas e o sistema educacional, por mais heterogêneos que sejam, aparecem como localidades que não podem ser negligenciadas como amostra significativa do que acontece em termos educacionais em qualquer país e, especialmente, no Brasil, onde as análises governamentais têm a tendência de obscurecer a problemática de seu sistema escolar (GATTI Jr., 2002, p. 4).

Assim “a história torna-se história daquilo que os homens chamaram as verdades e de suas lutas em torno dessas verdades” (VEYNE, 2008, p. 268). Isto é, explicitar a história consiste em vê-la em seu conjunto, em correlacionar seus objetos considerados “naturais” a certas práticas.

A história das instituições educacionais integra uma tendência em historiografia, que se confere relevância epistemológica e temática ao exame das singularidades sociais em detrimento das precipitadas análises de conjunto (macrossociológicas) que, sobretudo na área educacional, faziam-se presentes. Nesse sentido, esse movimento historiográfico enfatiza pesquisas locais, menos generalizantes, em que o sujeito, até então mero reflexo do grupo social a que pertencia, torna-se o ator da história.

Desta forma, a pesquisa de história de instituições escolares apresenta-se como um ramo da pesquisa em História da Educação que, nas últimas décadas, vem ganhando mais espaço no meio acadêmico, atraindo muitos pesquisadores para o tema. Segundo Décio Gatti Jr. (2009, p. 240), o “crescimento do número de grupos de pesquisa, eventos e periódicos dedicados especificamente à temática” são evidências desse desenvolvimento.

Apesar de recente, o desenvolvimento dos estudos históricos da educação no Brasil ocorreu em “três momentos” distintos, distribuídos entre as décadas de 1950 e 1990 (NOSELLA; BUFFA, 2008, p. 13).

No primeiro momento, os estudos sobre história de instituições escolares no Brasil ocorreram entre as décadas de 1950 e 1960, com ênfase para os trabalhos desenvolvidos na antiga seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Nesse contexto, os estudos sobre o tema ainda eram esporádicos. A criação do Centro Brasileiro de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Pesquisas educacionais e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo é apontada como “um novo impulso” para a produção científica nessa área. O processo de elaboração da Lei de Diretrizes Básicas (LDB) e a “expansão do ensino superior” pelo interior de São Paulo também tiveram papéis importantes nesse contexto (NOSELLA; BUFFA, 2008, p.14).

No momento seguinte, situado entre as décadas de 1970 e 1980, a “institucionalização da pós-graduação [...] e a reação aos militares” foram os acontecimentos mais marcantes para o campo, tendo como reflexos a “escolarização da produção da pesquisa” e “o desenvolvimento de certo pensamento crítico”, respectivamente. Nesta época, o tema instituições escolares era pouco abordado, “estudava-se mais a sociedade do que a escola” (NOSELLA; BUFFA, 2008, p. 14).

Já o terceiro momento, cujo início se dá nos anos 1990, é caracterizado pela consolidação da pós-graduação (BUFFA, 2007; NOSELLA; BUFFA, 2008; GATTI Jr., 2009) e conhecido pela crise dos paradigmas teóricos que não conseguiam abarcar a complexidade e diversidade da educação brasileira. O “retorno de pesquisadores habilitados em nível de doutorado nos programas de pós-graduação em educação [...] para suas regiões e cidades de origem” (GATTI Jr., 2009, p. 240) impulsionou a pesquisa sobre instituições escolares em diversas regiões, principalmente pelo “interesse em temáticas de pesquisa locais e regionais”. Os temas estudados são cultura escolar, considerada inclusive na sua materialidade, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância, organização do espaço escolar e, obviamente, as instituições escolares (NOSELLA; BUFFA, 2008).

Assim, surgiu nesse momento duas vertentes de estudo sobre as instituições escolares no Brasil. Uma fundamentada na cultura escolar (por exemplo: Luciano Mendes de Faria Filho, Rosa Fátima de Souza e Carlos Monarcha) e outra influenciada pelo materialismo dialético (por exemplo: Paolo Nosella e Esther Buffa). A primeira define a cultura escolar como um conjunto de normas que define conhecimentos a ensinar e condutas a desenvolver, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos (JULIA, 2001). Os professores são essenciais nesta abordagem, pois utilizam distintas práticas de ensino para facilitar o cumprimento destas normas. Também tratam a cultura escolar de forma ampla, discutindo o contexto onde estão inseridas. A outra vertente relacionada ao materialismo dialético considera que pesquisar uma instituição escolar é “uma forma de estudar a filosofia e história da educação brasileira porque as instituições estão impregnadas de valores e as políticas educacionais deixam marcas na escola” (BUFFA, 2002. p. 25-27). Busca-se, assim, superar a dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral, o concreto e o conceito, a história e a filosofia. Apesar das diferenças ideológicas das duas vertentes, seus resultados revelam uma grande contribuição para a história da educação brasileira.

O que significa instituição? A palavra instituição, de acordo com o dicionário Houaiss (2012), pode ser entendida como estabelecimento destinado ao ensino, escola ou educandário, dentre outros possíveis significados. Neste estudo, a instituição escolar é vista como entidade responsável pela formação de pessoas. Com foco especial para as instituições responsáveis por ministrar o ensino primário e secundário. É importante, no entanto, evitar uma



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

interpretação reducionista do termo. Quando se fala em instituição escolar, não se refere somente à escola como estrutura física, pretende-se abordar uma variedade de aspectos ligados à escola, dentro e fora dela, sendo assim, de uma complexidade muito maior.

De acordo com Lourau (1993), infelizmente, a noção de instituição como algo objetivo domina praticamente a totalidade das chamadas ciências sociais. Para o autor, instituição não significa uma coisa observável, mas uma dinâmica que se constrói na história e no tempo. Instituição é compreendida como algo dinâmico, em movimento, nunca como algo imóvel, pois até instituições como Igreja e Exército estão sempre em movimento, mesmo que não se tenha tal percepção. “O instituído, o *status quo*, atua com um jogo de forças extremamente violento para produzir certa imobilidade” (LOURAU, 1993, p. 11).

Para Gatti Jr. (2009, p. 249), “o emprego da locução ‘instituição escolar’, aparentemente, tem conotação distintiva, com a finalidade de precisar melhor a comunicação”. Já Magalhães (1998 apud GATTI Jr., 2009, p.250) afirma que:

No plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais. É um lugar permanente de tensões [...] são projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros socioculturais.

Essa perspectiva de análise almeja escutar os vários sujeitos envolvidos no processo educativo gerando um conhecimento mais aprofundado desses espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem (GATTI Jr., 2009).

A nova história, a história cultural, a nova sociologia, a sociologia francesa constituem as matrizes teóricas das pesquisas realizadas sobre instituições escolares. Num levantamento bibliográfico, Buffa (2007) ressalta que as principais fontes utilizadas nas pesquisas sobre instituições escolares de 1971 a 2005 são a legislação, documentos oficiais da criação e da instalação da escola, recuperação da memória dos dirigentes, professores, ex-alunos, entrevistas, questionários, livros didáticos, diários de classe, currículo e programa das disciplinas, cadernos dos alunos, materiais didáticos, jornais da época, fotografias, etc. A autora ainda ressalta que é fundamental o estudo do tempo, do espaço, dos saberes escolares e da estrutura de poder na escola. Nosella e Buffa (2008, p. 28-29) destacam os seguintes focos:

Temas	Foco
CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA	a situação econômica e social da região (contexto) quando da criação da escola, as articulações políticas e as justificativas apresentadas pelos seus propositores. A documentação, os jornais da época, discursos de inauguração são fontes relevantes.
EVOLUÇÃO DA ESCOLA	as continuidades e as mudanças ocorridas na escola, desde sua implantação até o momento do estudo, as novas características que a sociedade foi adquirindo decorrentes das mudanças econômicas e demográficas, das modificações na legislação escolar, das conquistas científico-tecnológicas que influenciam os currículos e os conteúdos das disciplinas.
VIDA NA ESCOLA	o interior da instituição considerando: o prédio e as instalações; os alunos; os professores e administradores; os saberes escolares; as normas disciplinares; o clima cultural (organização, manifestações, publicações, realização de eventos) etc.
TRAJETÓRIA DE EGRESSOS	As histórias de vida (o perfil do profissional formado pela instituição e sua posterior inserção profissional) de um número estatisticamente significativo de ex-alunos.

Fonte: Nosella e Buffa (2008, p. 28-29)

Quadro 2 – Focos de pesquisa



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

O artigo de pesquisa apresentado permeia todos os focos citados por Nosella e Bufo (2008), no quadro 2, para conseguir compreender e dar significação a formação do egresso dos colégios que atualmente representam papéis importantes no processo de desenvolvimento da Bahia, no Brasil. A partir dessa inserção é possível avaliar o significado social da escola.

O estudo das instituições escolares é importante na medida em que pode ser um instrumento para uma nova compreensão da escola, elevando, assim, o autoconhecimento de seus profissionais ao estabelecerem comparações com outros e, portanto, aumentando a responsabilidade de suas opções.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa foi delineada pelo método qualitativo, por meio da pesquisa histórica. Nesse caso, a trajetória e mudanças organizacionais e pedagógicas foram estudados por meio de documentos e da memória dos ex-diretores, ex-professores e egressos que participaram do processo de ensino.

O delineamento da pesquisa, assim, foi flexível e organizado conforme sua realização. Além da flexibilidade, a pesquisa apresentou as seguintes características: foco na interpretação, ênfase na subjetividade dos professores e alunos pesquisados, orientação para o processo e não para o resultado, preocupação com o contexto e reconhecimento do impacto do processo de pesquisa sobre a situação pesquisada (MOREIRA, 2002).

A escolha do Colégio de Aplicação da Universidade Federal da Bahia, do Brasil, se deu devido às experiências exitosas no cenário baiano nas décadas de 50 a 70. O colégio oferecia ensino fundamental e secundário com práticas de ensino voltadas para educação profissional (BARROS, 1975; MENEZES; PALMEIRA, 2001). Iniciou as atividades em 1959 e finalizou-as em 1976.

Num primeiro momento realizou-se a pesquisa de documentos sobre a trajetória institucional do colégio como: o projeto pedagógico, os componentes curriculares e informações sobre atividades extra curriculares. Também foram analisadas Atas, cartas, ofícios, relatórios, cadernetas, históricos dos alunos e fotos. Essa atividade foi executada concomitante com as entrevistas semi-estruturadas com ex-diretores e ex-professores.

Num segundo momento, foram entrevistados 15 egressos que narraram a sua formação educacional e trajetória profissional e rememoraram fatos do colégio. Esses profissionais trabalham em setores chaves para o desenvolvimento da Bahia (Brasil), constituindo gestores de organizações públicas, privadas ou da sociedade civil; políticos de diferentes partidos; secretários municipais e estaduais; professores universitários; e, advogados. As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro semi-estruturado, com algumas questões fixas e outras variáveis que foram adicionadas de acordo com a intenção do pesquisador na interação com o entrevistado. Todas as entrevistas foram gravadas e filmadas, com a autorização do entrevistado e mediante assinatura do termo de cessão de direitos de áudio e imagem.

O tratamento dos dados levantados foi realizado pela abordagem qualitativa, apoiada na concepção de análise de conteúdo. Assim, utilizando essa técnica procurou-se entender os significados por trás dos discursos dos entrevistados e categorizar essas falas. E, para se distanciar da codificação tradicional nas análises quantitativas, optou-se em montar categorias



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

(BARDIN, 1977) que foram formuladas a partir da coleta de dados. O processo de análise e interpretação foi fundamentalmente interativo, pois o pesquisador elaborou pouco a pouco uma explicação lógica do fenômeno, examinando as unidades de sentido, as inter-relações entre essas unidades e entre as categorias em que elas se encontram reunidas.

4 COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFBA: REESTRUTURAÇÃO PEDAGÓGICA E ORGANIZACIONAL (1964-1967)

Na década de 1960, o Brasil foi marcado pelo golpe militar (1964) e posterior regime que cerceou a liberdade política e pessoal instaurando um regime de censura e perseguição. Também a Bahia vivenciou esse período em plena tropicália e movimentos estudantis que eram reprimidos com violência.

Neste contexto, o Colégio de Aplicação (CA) da UFBA, apesar do *status* da evidente qualidade de seu ensino, no final de 1964, passou por um processo de reestruturação pedagógica e organizacional orquestrado pela Assistente de Didática, pela Diretoria da Faculdade de Filosofia e pelos professores do CA. Para esta reestruturação inúmeras reuniões foram realizadas no período de 1964 a 1966, no decorrer das quais se avaliavam o colégio nos seus vários aspectos e apresentavam-se sugestões para a sua reformulação. Essa sistemática possibilitou a elaboração de uma proposta de estrutura e funcionamento do CA que foi aprovada pela congregação da Faculdade de Filosofia nos meses de novembro e dezembro de 1966 sob direção de Thales Olimpio Goés de Azevedo. Além do apoio da congregação, a reestruturação foi acompanhada pelo Reitor Miguel Calmon.

Todo processo de reestruturação recebeu apoio técnico da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) do Brasil, por meio da participação de Angel Diego Márquez, que assessorou as mudanças empreendidas que já se encontravam aprovadas pelo seu corpo docente.

Para a realização dessas reuniões plenárias, foram criados cinco departamentos: 1 - Línguas vernáculas e clássicas, 2 - Línguas estrangeiras modernas, 3 - Ciências Sociais e Humanas, 4 - Matemática e 5 - Ciências Biológicas e Naturais. Os assuntos eram previamente discutidos em cada departamento a partir de um documento inicial elaborado pela Direção. Os professores coordenadores de cada departamento eram assessorados pelos professores Assistentes de Didática das disciplinas e iniciaram um trabalho intimamente ligado com a Coordenação Pedagógica. Dentre as competências dos professores coordenadores, uma foi assumida imediatamente: a redefinição dos objetivos do ensino de cada disciplina na escola em relação aos objetivos gerais do Colégio e o estudo e reelaboração dos programas. Todavia, a implementação foi realizada aos poucos, mantendo-se a estrutura já instalada e efetivando as mudanças a cada nova seleção. Além disso, a avaliação definiu três pontos principais que mereciam prioridade:

- a) Preenchimento de vagas ociosas sem desqualificação do ensino, considerando que cada turma deveria possuir 30 alunos;
- b) A democratização do Colégio, isto é, a presença e equilíbrio de alunos das várias classes sociais; e,
- c) A mudança das normas disciplinares no sentido de se manter uma disciplina mais



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

participativa e menos coercitiva.

Em relação ao preenchimento de vagas, em 1964, as quatro séries do Curso Ginásial se encontravam com suas vagas quase todas preenchidas (119 alunos matriculados nas quatro séries). O Curso Colegial, porém, possuía apenas 23 alunos matriculados nas três séries do curso de Estudos Clássicos e 36 alunos nas três séries do curso de Ciências, assim distribuídos:

**Tabela 1 – Distribuição de alunos por série e vagas
Colégio de Aplicação, 1964**

Curso	Série	Alunos matriculados	Vagas
Colegial	1ª série	12	18
	2ª série	6	24
	3ª série	5	25
Clássicos	1ª série	20	10
	2ª série	11	19
	3ª série	6	24

Fonte: Documentos do Colégio de Aplicação.

A comissão verificou imediatamente a impossibilidade de se continuar mantendo classes com número tão reduzido de alunos. Tal situação em primeiro lugar, não atendia às necessidades do curso de Didática da Faculdade de Filosofia, classes de menos de 30 alunos não refletiam, como campo de estágio, a realidade dos colégios públicos e particulares da Bahia. Os licenciandos, portanto, em toda sua prática docente de segundo ciclo, enfrentavam uma situação artificial – classes que mais se assemelhavam a cursos particulares, pelo seu número reduzido de alunos. Em segundo lugar, oneravam os cofres públicos, pois a Universidade Federal do Brasil mantinha professores para ministrar aulas a um número reduzido de alunos, o que não se justificava, dada a função social de um colégio público e gratuito.

A comissão concluiu que tal situação decorria do formato dos exames de seleção que eram realizados. Os candidatos às vagas existentes na 2ª, 3ª e 4ª série do Curso de Ginásio e 1ª série do curso de Ciências submetiam-se a exames de Português, Matemática, Francês ou Inglês (opção); os candidatos da 2ª e 3ª série do Curso de Ciências além dessas disciplinas submetiam-se a exames de Física, Química; os candidatos à 3ª série do Curso de Estudos Clássicos submetiam-se a exames de Português, Latim, História, Matemática, Francês ou Inglês (opção). As provas de cada disciplina tinham caráter eliminatório, sendo quatro a nota mínima para aprovação.

A Tabela 2 apresenta o número de inscritos no processo de seleção de 1964, os alunos aprovados e reprovados em cada disciplina e o número de classificados no processo final.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Tabela 2 – Resultados do Exame de Seleção do Colégio de Aplicação - 1964

ÉPOCA	SÉRIE E CURSO	INSCRITOS	A P R O V A D O S								R E P R O V A D O S						Ausentes	Classificados
			D I S C I P L I N A S								D I S C I P L I N A S							
			Port.	Mat.	Franc.	Ing.	Lat.	Fis.	Hist.	Port.	Mat.	Franc.	Ing.	Lat.	Fis.	Hist.		
1ª	2ª gin.	12	8	2	7	-	-	-	-	2	8	3	-	-	-	-	2	
1ª	3ª gin.	10	7	1	6	4	-	-	-	0	6	3	-	-	-	-	3	1
1ª	4ª gin.	13	10	1	1	5	-	-	-	0	9	8	5	-	-	-	3	0
1ª	1ª Cienc.	28	19	8	4	4	-	-	-	3	15	4	13	-	-	-	3	5
1ª	2ª Cienc.	3	2	2	-	-	-	2	-	0	0	-	-	-	0	-	1	2
1ª	3ª Cienc.	1	1	0	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-	-	-	1
1ª	1ª Class.	13	12	-	4	7	-	-	-	0	-	0	1	-	-	-	-	11
1ª	2ª Class.	1	1	-	1	-	1	-	1	0	-	0	-	0	-	0	-	1
1ª	3ª Class.	4	4	-	2	2	-	-	-	0	-	0	0	-	-	-	-	4
2ª	2ª gin.	1	1	0	1	-	-	-	-	0	1	0	-	-	-	-	-	-
2ª	3ª gin.	1	1	1	1	-	-	-	-	0	0	0	-	-	-	-	-	1
2ª	4ª gin.	7	4	2	-	-	-	-	-	0	5	-	-	-	-	-	-	0
2ª	1ª Cienc.	10	7	3	2	1	-	-	-	0	4	0	5	-	-	-	1	2
2ª	1ª Class.	5	3	-	-	1	-	-	-	0	-	-	2	-	-	-	2	1
2ª	2ª Class.	2	2	-	-	1	-	-	2	0	-	-	1	-	-	0	0	1
2ª	3ª Class.	3	2	0	2	-	-	-	-	0	0	0	-	-	-	-	1	2

OBSERVAÇÃO: as inscrições de 2ª época foram feitas em janeiro e o exame em fevereiro.

Fonte: Relatório da Coordenação, 1964.

A tabela 2 demonstra as dificuldades existentes para preenchimento das vagas devido à dificuldade do exame. Dos 94 candidatos inscritos no processo de seleção somente 31 foram classificados. No ensino médio, das 120 vagas oferecidas, somente 7 vagas foram preenchidas após o exame de seleção. As provas a que se submetiam os candidatos exigiam conhecimentos acima daqueles que traziam dos seus colégios de origem (normalmente públicos). Exigiam-se os mesmos conhecimentos dos alunos do Colégio de Aplicação e o seu nível de ensino, por várias razões, se encontrava acima daqueles dos demais colégios da Bahia. Logo, raros candidatos conseguiam obter aproveitamento 4, nota mínima exigida (1 a 10) em cada disciplina, excetuando-se aqueles cuja situação econômica lhes possibilitava frequentar cursos particulares para preparação a tais exames. Naquela década já existiam cursos preparatórios para o exame do colégio de renome na capital que cobravam mensalidades.

As vagas, portanto, permaneciam e permanecia o Colégio em situação artificial de trabalho para o licenciando. Impossível preparar professores para uma elite econômica e intelectual. À faculdade cabia preparar professores para enfrentar a realidade das escolas da rede pública e particular do Estado da Bahia, para enfrentar alunos de qualquer classe social e de qualquer nível econômico e intelectual. A avaliação mostrou que era necessário mudar o processo seletivo a fim de preencher as vagas remanescentes. Conforme a diretora Maria



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Angélica Matos “não se justificava uma escola pública seletiva, não se poderia esperar professores preparados para enfrentar a realidade das escolas baianas, depois de atuarem em um campo de estágio tão artificial”.

De imediato, duas medidas foram adotadas. A primeira medida foi o preenchimento de todas as vagas existentes no Colégio, considerando-se 30 alunos por turma. Os exames de seleção só continuaram a ser realizados para as séries cujo número de candidatos excedia o número de vagas existentes e, assim mesmo, em caráter classificatório. Isto é, não haveria ponto de corte. Assim, todas as vagas existentes passaram a ser preenchidas de acordo com a classificação dos candidatos, atendendo à média das notas atribuídas às duas únicas disciplinas exigidas para o novo exame (Curso de Ginásio e Curso de Ciências: Matemática e Português; Curso de Estudos Clássicos: Português e Inglês ou Francês/opção).

A segunda medida está relacionada com o conteúdo do exame. As novas provas do exame de admissão foram elaboradas exigindo assuntos constantes dos programas adotados pelos Colégios Oficiais do Estado da Bahia (Principalmente Colégio Severino Vieira) para Matemática e Língua viva estrangeira e uma redação para português. Deixou-se de prepará-las utilizando o mesmo nível das provas preparadas para os alunos do Colégio. Essas normas foram aprovadas pelo Departamento de Pedagogia em reunião de 31/08/66 e pelo conselho Departamental da Faculdade de Filosofia em reunião de 01/09/66 e 09/12/66.

A Tabela 3 apresenta a estatística dos exames de seleção do ensino médio do colégio, ressaltando as provas de português e matemática de 1960 e 1966. Vale lembrar que de 1960 a 1964, os candidatos também realizavam provas de outras matérias já mencionadas.

Tabela 3 - Estatística dos Exames de Admissão do Colégio de Aplicação, 1960-1967

ANO	CANDIDATOS	PROVA PORTUGUES			PROVA MATEMÁTICA			AUSENTES	REPROVADOS	APROVADOS
		CANDIDATOS	APROVADOS	REPROVADOS	CANDIDATOS	APROVADOS	ELIMINADOS			
1960	67	65	36	29	36	28	16	2	37	28
1961	67	66	32	35	31	29	2	1	35	31
1962	75	74	32	42	32	32	0	1	42	32
1963	71	70	52	18	52	31	21	1	39	31
1964	85	77	59	18	59	30	29	8	47	30
1965	101	48	46	2	97	48	49	4	51	46
1966	105	102	91	11	89	48	41	3	54	48

Fonte: Relatórios da Coordenação, 1964.

O número de candidatos inscritos foi crescendo ano a ano (em 1966 eram 105). Esse aumento se devia a reputação do colégio na sociedade baiana. Verifica-se também pela Tabela 3 que a partir de 1965 o número de aprovados aumentou em mais de 53% em relação ao ano anterior. Apesar desse aumento, a aprovação ainda era baixa cerca de 46% dos candidatos não eram aprovados. Todavia o número de classificados conseguiu progressivamente preencher as vagas remanescentes das séries. A Tabela 4 mostra o preenchimento de vagas (matrículas)



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

após a mudança do processo seletivo:

Tabela 4 – Resumo dos Alunos Matriculados no Colégio de Aplicação, 1965-1966

Curso	Série	1965	1966	1967
		Alunos matriculados	Alunos matriculados	Alunos matriculados
Ginásio	1ª série	119	143	
	1ª série	25	29	30
Colégio Ciências	2ª série	23	23	25
	3ª série	12	20	21
Colégio Clássicos	1ª série	21	21	30
	2ª série	10	30	21
	3ª série	11	15	21
		221	281	

Fonte: Relatórios da Direção do Colégio de Aplicação, 1967.

Conforme tabela 4, verifica-se que no ano de 1965, matricularam-se 45 alunos no curso de Estudos Clássicos e 60 alunos no curso de Ciências. No ano de 1966, matricularam-se 66 alunos no curso de Estudos Clássicos e 72 alunos no curso de Ciências. Finalmente, em 1967, matricularam-se 60 alunos na 1ª série do Curso de Colégio, 30 em cada turma, conseguindo chegar ao objetivo proposto com a reestruturação.

Para acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes, o Colégio instituiu um Curso de Recuperação, com aulas à tarde, duas vezes por semana, com duas horas de duração, no decorrer do ano, destinado não somente aos recém-ingressos, mas a todos os alunos da Escola. Aqueles que sentiam dificuldades na aprendizagem (inicialmente de Matemática) eram encaminhados ao Curso de Recuperação, cujo planejamento ficava a cargo do Professor Orientador e do Serviço de Coordenação Pedagógica (COP).

Essa atividade possibilitou um melhor aproveitamento das disciplinas, incluindo Matemática, desbancando o argumento até então dominante na instituição de que o candidato que não obtivesse nota mínima quatro nas provas dos exames de seleção não teria condições de acompanhar o curso. Todos os candidatos matriculados que preencheram em ordem classificatória o número de vagas existentes incluindo aqueles que obtiveram nota abaixo de quatro, acompanharam o curso inclusive de Matemática obtendo, a maioria, no final, aprovação.

Desde logo, percebe-se que o projeto de reestruturação concebido a partir de ampla participação dos professores e alunos do colégio foi empreendido com conflitos principalmente de professores externos à escola no âmbito da Universidade.

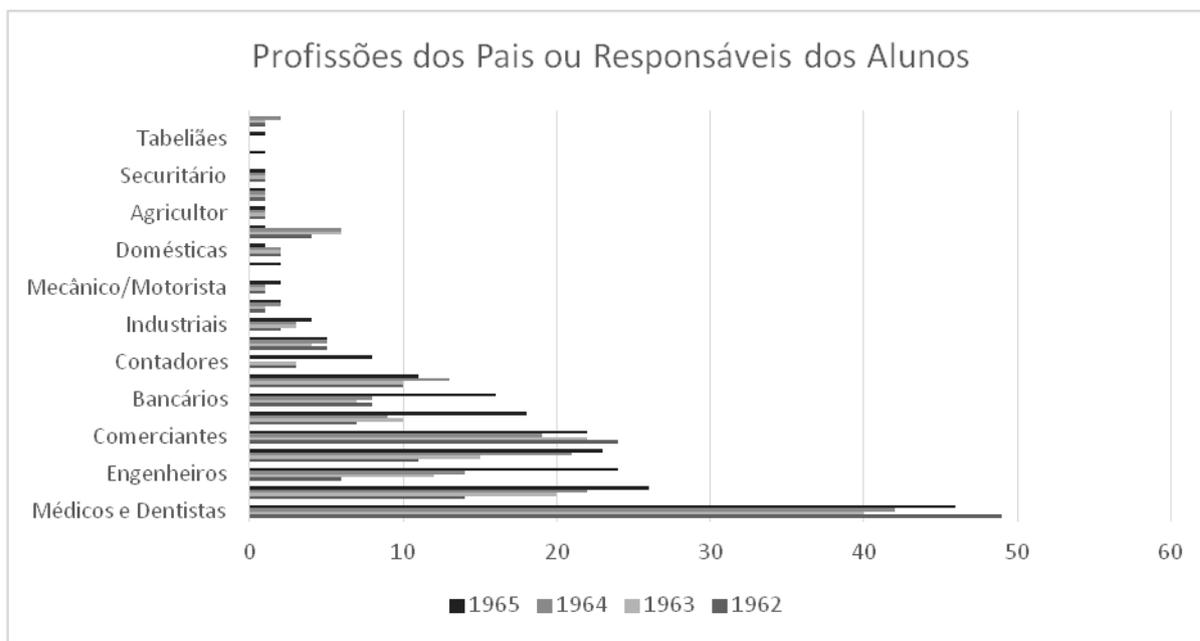
A segunda medida emergencial foi a democratização da oferta de vagas. A comissão de avaliação do Colégio de Aplicação realizou um levantamento dos perfis dos pais dos alunos para averiguar a distribuição das vagas de acordo com as classes sociais. O gráfico 1 mostra o perfil dos pais e responsáveis pelos alunos:

Gráfico 1 – Perfil dos pais e responsáveis dos alunos



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad



Colégio de Aplicação, 1962-1965

O Gráfico 1 mostra que a maioria dos pais ou responsáveis é médico e dentista (21%), advogado (12%), engenheiro (11%), funcionário público (11%) e comerciante (10%); isto é, classes sociais de maior poder econômico no mercado brasileiro naquela época. Essa situação pode ser explicada devido ao nível de conhecimento solicitado nos exames de admissão do Colégio. As provas niveladas de acordo com o ensino do CA destoavam dos ensinamentos dos colégios públicos e mesmo privados, fazendo vários candidatos realizarem cursinhos de preparação para o exame por um ano para realizar o exame.

Visando modificar essa situação e possibilitar o ingresso de alunos de classes sociais menos favorecidas economicamente, em 1965, foi criado a título experimental o Curso de Admissão ao Ginásio, gratuito, com 30 vagas, destinado a alunos de classes sociais comprovadamente menos favorecidas. O Curso de Admissão foi criado para preparar os candidatos de classes menos favorecidas que pudessem concorrer em igualdade de condições com os demais candidatos aos Exames de Admissão.

Em 1966, submetendo-se ao referido exame os alunos considerados aptos pelo Conselho de Professores, em número de 19 (dezenove), foram todos aprovados em Português e 15 foram aprovados em matemática. Pelo gráfico 1, observa-se o indicativo de novas classe sociais menos favorecidos economicamente como domesticas, carpinteiros, eletricitas, securitário e motoristas. Apesar do resultado, esta experiência somente foi realizada durante o ano de 1965, pois seus custos eram muito elevados devido à contratação de professores e equipe técnica.

Outra medida, entretanto, em 1966, foi imediatamente estudada e adotada para obtenção desse objetivo: o curso de Ginásio passou a ter duas turmas em cada série e o Exame de Admissão à 1ª série passou a ter características específicas: prova integrada cobrando conhecimentos constantes dos programas de escolas primárias oficiais, cuja



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

elaboração objetivava mais a verificação da capacidade de raciocínio matemático e verbal que o acúmulo de conhecimentos.

O terceiro ponto discutido na comissão de reestruturação do colégio foi a modificação das normas de comportamento na Escola. Como ponto de partida foi criado um Conselho de Alunos em cada classe, escolhido pelos próprios alunos com o assessoramento de um Professor Orientador.

A figura do Professor Orientador representou um papel extremamente importante na disciplina do Colégio. Este era escolhido pelos próprios estudantes de cada classe, depois indicados pela direção, e tinha como função conhecer os alunos, aconselhá-los em relação à aprendizagem e ao comportamento e proporcionar meios para a orientação vocacional.

O conselho de classe orientado pelo professor se reunia e preparava um documento por classe, analisando o regulamento disciplinar existente no Colégio e definindo as novas normas disciplinares. A partir dos documentos redigidos por cada classe, os representantes de classe juntamente com os professores deveriam condensá-los em um único, para apreciação e aprovação final em plenário.

Também foram intensificadas as reuniões de pais, agora dos alunos de cada classe. As reuniões gerais continuaram sendo realizadas em menor número, quando eram proferidas conferências e palestras de interesse geral, pronunciadas por pessoas ligadas à área da educação. As reuniões em grupos pequenos, pais de alunos de cada classe, foram iniciadas tratando apenas dos assuntos pertinentes à Escola e à classe, tais como: a) Características gerais da turma; b) Esclarecimentos e discussão sobre a nova orientação implantada no Colégio; c) Aconselhamento de caráter geral; e, d) Informações sobre a avaliação e comportamento dos estudantes aos pais.

Com a nova sistemática para preenchimento das vagas e com a criação do Curso de Recuperação, os Exames de Seleção colaboraram para uma democratização das vagas ofertadas pelo Colégio, passando a ser um processo mais criterioso para preenchimento das vagas existentes, sem interferências políticas ou apadrinhamentos em geral, mantendo a qualidade de ensino. Os primeiros resultados foram percebidos conforme o perfil dos pais/responsáveis pelos alunos.

Além das três pontos principais, no decorrer dos estudos e no interesse de viabilizar as propostas levantadas, foram decididas importantes medidas administrativas.

A principal foi a aquisição de um novo prédio destinado unicamente ao Colégio de Aplicação, captado pela Reitoria. Até então, o Colégio funcionava no mesmo prédio da Faculdade de Filosofia, o que dificultava consideravelmente a realização das atividades pedagógicas por falta de espaço. A nova proposta de funcionamento do Colégio exigia um espaço que pudesse ser utilizado plena e unicamente pelo Colégio. Imediatamente o prédio foi adquirido pelo então Reitor, Dr. Miguel Calmon, localizado próximo ao Campus do Canela, suas instalações preparadas atendendo ao projeto proposto pelo Colégio e entregue para funcionamento nos primeiros meses de 1967. Além do prédio, a Reitoria da UFBA adquiriu novos equipamentos para os laboratórios de Física e Química. O Ministério da Educação, após solicitação da Faculdade de Filosofia, doou oficinas de eletricidade, madeira, ferro, cerâmica, tipografia para instalações no novo prédio, o que viria atender ao programa de trabalho do Departamento de Integração Cultural.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Em fevereiro de 1967, a coordenação com apoio da Universidade solicitou da representação da UNICEF (FISI) no Brasil um laboratório para o ensino de línguas estrangeiras. Para tanto, o Colégio possuía em seu quadro um professor de Francês com certificado do *Centre d'Etudes pour la diffusion de la langue française* (CREDIF) com estágio de especialização que a qualificava ao manejo do referido laboratório.

Desde o início da reestruturação foram realizadas reuniões de planejamento para apresentar uma nova proposta de currículo. Os departamentos criados deram dinâmicas as reuniões que coordenadas pela direção oportunizaram uma série de mudanças nas disciplinas acadêmicas e nas atividades de integração cultural.

As atividades pedagógicas que já vinham sendo desenvolvidas no Colégio foram mantidas e incrementadas, como, por exemplo, a experiência no ensino da Matemática Moderna empreendida pela professora Matha Dantas, da Língua Portuguesa empreendida pela professora Maria Angélica de Mattos e da Literatura Brasileira e Portuguesa, dentre outras.

Uma nova filosofia de trabalho permeou as atividades da Coordenação Pedagógica e do Serviço de Orientação Educacional (SOE).

O Serviço de Coordenação Pedagógica (COP), já existente no Colégio, teve suas funções redimensionadas. Iniciou um estreito trabalho com os departamentos e o Professor Orientador com vistas a auxiliá-los na seleção de métodos e processos, para maior eficiência do ensino, e responsabilizou-se pela organização das classes de recuperação.

O Departamento Psicopedagógico e de Orientação Educacional, antigo SOE, foi ampliado e recebeu o apoio de psicólogos, orientadores educacionais, um médico e um assistente social. Passou a atuar intimamente vinculado aos professores orientadores, ao mesmo tempo em que colaborava na sua preparação; também através dos professores orientadores passava a ter uma visão geral dos alunos do Colégio, cujas informações eram registradas nos dossiês escolares. Desse modo, estudavam-se os casos que apresentavam problemas de rendimento ou conduta, relacionando aproveitamento escolar, nível cultural, intelectual e socioeconômico. Também foi incrementada em conjunto com o professor orientador, a orientação vocacional dos alunos, principalmente nas turmas de 4ª série de ginásio e curso de colégio.

O Colégio ampliou o seu funcionamento passando a trabalhar em dois turnos. O turno da manhã destinado às disciplinas acadêmicas, sessões de Educação Física e Orientação Educacional e o vespertino, na medida do possível, o ensino de línguas estrangeiras e as atividades de Integração Cultural.

Uma experiência que marcou o formato do novo currículo foi a unificação do 2º ciclo – Clássico e Colegial, que possibilitou a todos os alunos conhecimentos de: Português, Matemática, Física, Química, Biologia, História, Geografia, Sociologia, Psicologia, Filosofia e uma disciplina optativa na 3ª série, a critério do aluno e de acordo com as possibilidades do seu oferecimento pelo Colégio. Essa experiência visou atender à principal finalidade do Colégio que era “propiciar aos seus alunos uma formação para a vida em qualquer setor da atividade humana”. O novo currículo poderia ser alterado a depender da avaliação realizada pelo corpo docente e alunos durante a sua implementação.

Considerando ainda que um dos seus objetivos seria “o favorecimento da capacidade de participação do aluno na sociedade” para o que deveria fornecer os meios para uma



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

comprensão realística do mundo contemporâneo, o Colégio incluiu no seu currículo do Curso de Ginásio a disciplina “Estudo do meio” compreendida como centro de integração e coordenação, ministrada sob a responsabilidade dos professores da classe.

O Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas implantou uma nova sistemática no ensino das Línguas Estrangeiras que não seria mais seriada, mas focada no nível de aprendizagem do alunado. O ensino das línguas estrangeiras se organizou em 2 níveis: a) nível básico – condição para concluir o 1º ciclo – que objetivava a utilização oral e escrita da língua; b) nível avançado – condição para concluir o 2º ciclo – objetivava maior conhecimento da língua e estudo da literatura na respectiva língua. No estudo da literatura, se observaria sempre que possível a correlação entre as estudadas. No nível básico, o aluno escolhia 2 línguas entre as 4 oferecidas (Inglês, Francês, Alemão, Espanhol e outras). No nível avançado escolhia uma das duas línguas concluídas no nível básico.

Dentre as inovações empreendidas no currículo do colégio, vale ressaltar as atividades do Departamento de Integração Cultural que introduzia o adolescente no mundo da cultura; as atividades deveriam ser capazes de apresentar essa cultura como uma unidade e de dar-lhes uma visão histórica do presente em relação com o passado e sua missão no futuro. Todas as atividades, por mais práticas que fossem, deveriam estar situadas, sempre, no contexto cultural. As atividades de integração cultural se davam de acordo com a escolha dos alunos, dentre as oferecidas pelo Colégio; cada aluno devia optar pelo menos por duas atividades de áreas diferentes. Em 1966, foram iniciadas as seguintes atividades (Quadro 1):

Quadro 1 – Lista das atividades do departamento de Integração Cultural

a) Estético expressivas	b) Técnico práticas	c) Sociopolíticas
Teatro Decoração de interiores Dança moderna Conjunto instrumental (bandinha) 1ª série de ginásio Arte culinária Coral (mantido)	Higiene da alimentação Xadrez Dama Datilografia Taquiografia	Clube de debates Jornal escolar (mantido)

Fonte: Documentos da Instituição

Algumas atividades já eram oferecidas aos estudantes como o Coral e o Jornal Escolar. O Clube de Debates foi uma experiência inovadora, coordenada pela professora Solange Borges Lamego, visava possibilitar aos alunos meios para sua formação cívico-moral-religiosa. A professora era encarregada apenas de coordenar tal atividade. Uma sessão se realizava semanalmente cujos assuntos eram da exclusiva escolha dos alunos que também tinham a liberdade de indicar pessoas fora dos quadros do Colégio e da Universidade para com eles debaterem assuntos de sua preferência. Essa atividade contribuía consideravelmente para uma mudança de atitude dos alunos nos trabalhos do grêmio, principalmente nas assembleias e também em aulas.

A avaliação da aprendizagem do estudante também passou por mudanças. A avaliação começou a ser empreendida pela observação constante do aluno pelos professores, que anotavam numa ficha de avaliação. O conselho de professores se reunia quatro vezes ao ano (abril, junho, setembro e novembro) cujos dados resultantes eram registrados na ficha geral



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

sob a responsabilidade do professor orientador, para serem registrados devidamente no Colégio e comunicados à família, mediante duas faixas: AS (aprendizagem suficiente) e AD (aprendizagem deficiente). A promoção dependia da avaliação do Conselho de Professores ao término do ano letivo (novembro). Esse sistema foi testado em 1965 no curso de Admissão ao Ginásio. Iniciado depois das primeiras séries do Ginásio, para, gradativamente ir sendo implantado nas demais séries.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo descreveu o processo de mudanças pedagógicas e organizacionais realizadas no Colégio de Aplicação (CA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no Brasil, no período de 1964 a 1967. A reestruturação foi realizada a partir da ampla participação do corpo docente e estudantes do Colégio, além da direção da Faculdade de Filosofia. Percebe-se que os ideais da Escola Nova, principalmente de Paulo Freire, que despontava na época, influenciaram o processo que foi pautado na autonomia intelectual dos estudantes incentivando-os na construção do seu próprio conhecimento. Ao convidar os estudantes para discutir o currículo e as normas disciplinares e delegá-los a escolha de atividades do Departamento de Integração Cultural, a diretoria criou um ambiente participativo e colaborativo transformando a prática pedagógica na instituição.

Estas decisões somadas aos novos objetivos do Departamento de Psicopedagógico e de Orientação Educacional, antigo SOE, transformaram a motivação organizacional que passou de uma repressão rigorosa do comportamento para uma integração ampla do estudante. Além disso, o período de reestruturação foi marcado por uma grande integração do corpo docente às atividades de avaliação, planejamento e execução do projeto. A direção possibilitou a criação de uma comunidade de aprendizagem (BERDROW; EVERS, 2011), de discurso e de competência docente que indicou a produção de significados, compreensão e ação crítica e levou os alunos à cooperação, à autonomia intelectual e à construção de seu próprio conhecimento. Professor e aluno colocam-se – ambos – como sujeitos do processo de aprendizagem. Esse entendimento de que o educando deve assumir-se também como sujeito da produção do saber, não como objeto, revela o posicionamento de Freire (1996, 2005).

Os outros dois pontos fundamentais da mudança, o preenchimento de vagas ociosas sem desqualificação do ensino e a democratização da oferta das vagas foram conquistados parcialmente, mas percebe-se pelos indicadores apresentados que outras classes sociais são apontadas no perfil dos responsáveis pelos alunos a partir de 1966.

Apesar das conquistas, a reestruturação não agradou a todos os atores organizacionais. Uma parcela de pais/responsáveis, representantes de uma classe mais privilegiada economicamente, reclamava da redução da qualidade do ensino. Redução que não foi comprovada, já que a maioria dos estudantes do Colégio era aprovada nos cursos universitários. Esse era um indicativo utilizado para avaliar a qualidade do ensino.

O processo de reestruturação organizacional foi interrompido bruscamente em março de 1967, com a solicitação de afastamento realizado pela diretora da instituição devido às constantes intervenções da Faculdade de Filosofia na gestão dos assuntos pedagógicos do CA que criaram uma grande insatisfação no corpo docente.

Esse provincianismo da gestão universitária que protege os “mais iguais” não é um



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

ponto isolado, mas perpassa o tempo e o espaço organizacional brasileiro. No caso analisado, a intervenção dos órgãos superiores e o afastamento do servidor colaboraram para uma apatia organizacional que fez com que os atores organizacionais assistissem a decisão do Reitor Lafayette Pondé em encerrar as suas atividades do Colégio de Aplicação da Bahia a partir de 1969.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa (Portugal): Edições 70, 1977.
- BARROS, Z. G. P. *Redefinição conceitual dos colégios de aplicação*. 1975. 146 f. Dissertação do autor (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 1975.
- BERDROW, I.; EVERS, F. T. Bases of competence: a framework for facilitating reflective learner-centered environments. *Journal of Management Education*, v. 35, n 3, p.406-427, 2011.
- BRASIL. Presidência da Republica. Decreto-Lei nº 9.053, de 12 de Março de 1946. *Ementa* Cria um ginásio de aplicação nas Faculdades de Filosofia do País. Data: 12/03/1946. Diário Oficial da União. Seção 1. 14/03/1946. p. 3693. Disponível em: <ahref="http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1946-03-12;9053">Decreto-Lei nº 9.053, de 12 de Março de 1946. Acesso em: 11 set. 2013.
- BUFFA, E. História e filosofia das instituições escolares. In.: In.: ARAUJO, J. C.; GATTI Jr., D. (orgs). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: EDUFU, 2002. P. 3-24.
- BUFFA, E. Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In.: NASCIMENTO, M. I. M. et al. (orgs). *Instituições Escolares no Brasil, conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, RP: UEPG, 2007. p. 151-164.
- BURKE, P. *A escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CHARTIER, R. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 97-113.
- DECCA, E. S. Narrativa e história. In. SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. I. (org.). *História e história da educação*. 3. Ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2006.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GATTI Jr., D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In.: ARAUJO, J. C.; GATTI Jr., D. (orgs). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: EDUFU, 2002. P. 3-24.
- GATTI Jr., D. A história e a historiografia das instituições escolares. In.: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, J. C. (orgs). *Navegando pela história da educação brasileira: 20 anos de HISTEDBR*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2009. P. 240-258
- HOUAISS, 2012. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em: 22 dez. 2012.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001.
- LOMBARDI, J. C. História e Historiografia da Educação. In.: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I M. (org). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2004.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

LOURAU, R. *Análise Institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

MENEZES, J. M. F.; PALMEIRA, M. J. O. *Seminário sobre as Experiências Inovadoras na Educação Baiana na Década de 1960*. 1 ed. Salvador-BA: Gráfica da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, 2001.

MOREIRA, D. A. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. Instituições escolares: Por que e como pesquisar. In.: SANTOS, A. V. ; VECHIA, A. (orgs.). *Cultura escolar e história das práticas pedagógicas*. Curitiba: Editora Universidade Tuiuti do Paraná, 2008. pp.13-31.

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico Crítica: primeiras aproximações*. 10 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

VEYNE, P. M. *Como se escreve a história*. 4 ed. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2008.

ⁱ Os Colégios de Aplicação foram criados pelo governo federal e administrados pelas Faculdades de Filosofias. Na década de 1960, a direção dos colégios foi transferida para as Faculdades de Educação das Universidades Federais.